

ECONOMIA

Economia - Brasil
POLÍTICA MONETÁRIA

Depois de classificar demora do BC em reduzir juros de “omissão”, secretário do Tesouro, Joaquim Levy, é desautorizado pelo ministro da Fazenda. Palocci nega desavenças e defende atuação de Henrique Meirelles

Racha na equipe econômica

VICENTE NUNES
E RICARDO ALLAN

DA EQUIPE DO CORREIO

O único foco de unidade que ainda restava do governo Lula rachou ontem. A política de juros altos comandada pelo Banco Central provocou uma inesperada divisão dentro do Ministério da Fazenda, tendo como porta-voz do descontentamento o secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, um dos homens mais fortes do grupo liderado pelo ministro Antonio Palocci. Levy acusou o BC de omissão e de falta de transparência ao não apontar os riscos que enxerga na economia para justificar juros tão elevados, de 18% ao ano. “Que diabos de aversão ao risco é essa, que leva a expectativa de juros reais (acima da inflação) de dois dígitos e que o BC não aponta?” questionou o secretário em entrevista ao jornal *Valor Econômico*, explicitando o desconforto em relação ao conservadorismo do BC.

As declarações de Levy deixaram os diretores do Banco Central irritados. Segundo assessores da Fazenda, logo pela manhã, o presidente do BC, Henrique Meirelles, telefonou para Palocci exigindo do ministro uma repremenda pública no secretário do Tesouro. Meirelles, que nega o telefonema, teria argumentado ser inadmissível um integrante do alto escalão da Fazenda, ao qual o BC está subordinado, questionar publicamente a política

monetária. Entre os diretores do BC há quem diga que o “fogo amigo” partindo da Dilma Rousseff (ministra da Casa Civil) e do José Alencar (vice-presidente da República) já virou folclore, ninguém dá mais importância. Mas fogo amigo partindo da Fazenda era inaceitável.

O que mais irritou Meirelles e os diretores do BC foi o fato de as críticas de Levy surgirem às vésperas da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) — nas próximas terça e quarta-feiras será decidido mais um corte da taxa básica de juros (Selic). Para eles, esse tipo de posição só faz aumentar as pressões sobre o Copom, dificultando ainda mais as decisões. Os diretores do BC se mostraram contrariados ainda porque as declarações de Levy praticamente anularam os ganhos que o banco esperava ter em sua imagem com a divulgação de que a inflação oficial de 2005, de 5,69%, foi a menor em sete anos, mostrando que a política de juros está no rumo certo. Oficialmente, o BC não se pronunciou sobre o assunto.

Briga antiga

Ciente do estrago provocado pelo secretário do Tesouro, Palocci, com o aval do presidente Lula, atendeu o pedido de Meirelles. No final da manhã, divulgou uma dura nota oficial negando o desconforto da equipe econômica em relação à política de juros e desautorizando o subordinado. “O ministro desautoriza e desaconselha quaisquer manifesta-

Jamil Bittar/Reuters/28.3.05



PALOCCI (E) E LEVY: PRESIDENTE DO BANCO CENTRAL EXIGIU QUE O MINISTRO ENQUADRASSE O SUBORDINADO

ções públicas de membros de sua equipe sobre temas fora da competência funcional dos órgãos que dirigem”, ressaltou. Para tentar se livrar da crise aberta com o BC, Levy negou a Palocci que tivesse emitido qualquer opinião sobre a política monetária. Mas o ministro manteve a decisão de repreendê-lo publicamente.

Na nota, Palocci lembrou que tem manifestado “total apoio” à política monetária, considerando apropriadas tanto as decisões do BC como as comunicações públicas sobre o assunto. Levy havia

criticado a forma com que o BC tem se comunicado com o mercado, estimulando que as taxas de juros de médio e longo prazos se mantenham elevadas demais, apesar dos bons indicadores macroeconômicos — as estimativas apontam para inflação de 4,5% em 2006, o centro da meta perseguida pelo BC, as exportações continuarão aumentando e o Produto Interno Bruto (PIB) deve crescer entre 3% e 4%.

A postura agressiva de Levy contra o BC não causou tanta surpresa em quem está infiltrado

nos bastidores do governo. Nos corredores no Ministério da Fazenda, são conhecidos os seus desentendimentos com a cúpula do BC em torno do tamanho da Selic e do ritmo de sua queda. A relação entre o secretário do Tesouro e os diretores do banco chegou a ter momentos de alta tensão, como em um episódio em que ele protagonizou uma ríspida discussão com o diretor de Política Econômica do BC, Afonso Beviláqua, na qual não faltaram dedos em riste.

Em outra polêmica, Levy

trombou de frente com o presidente do BNDES, Guido Mantega, em torno da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). No final do ano passado, Levy afirmou que, embora a TJLP estivesse estacionada havia um ano e meio em 9,75% ao ano, os investimentos produtivos estavam caminhando bem. Mantega, que defendia a queda da taxa, reagiu afirmando que até estudantes de economia elementar sabiam que uma TJLP menor impulsionaria a tomada de empréstimos pelas empresas. A taxa acabou caindo para 9% neste mês.

A repremenda pública de Palocci aumentou os rumores de que Levy, homem forte da Fazenda, pode mesmo deixar o governo rumo a um cargo em algum organismo multilateral. Desde novembro passado, quando surgiram as primeiras notícias de que ele poderia assumir um cargo no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Levy nunca negou a idéia de forma enfática. Sempre que perguntado, se limita a dizer que “não há nenhum calor sobre o assunto” e que fica até quando Palocci quiser.

Levy foi procurado pelo Correio, mas não se pronunciou até o fechamento desta edição. Ontem à tarde, viajou para São Paulo para onde também foi Meirelles. Lá, o secretário divulgará, na segunda-feira, o Plano Anual de Financiamento da dívida pública. Depois, ele seguirá para um ciclo de palestras para investidores no México e na Inglaterra.